

Governo mantém projeto de pagar dívida interna

BRASÍLIA — O abandono da proposta de *etenização* geral dos impostos e outras alterações em relação à versão original do *ajuste fiscal* não afetaram o projeto governamental de iniciar o pagamento da dívida pública em 1989, que continua sendo um dos principais parâmetros do plano elaborado pela equipe econômica. O início do resgate da dívida interna, porém, ocorrerá como consequência do *choque fiscal* e não depende de qualquer tipo de renegociação com os detentores internos dos títulos públicos, segundo o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes.

“Absolutamente absurdo.” “Pura fantasia.” “Especulação sem qualquer nexo.” Essas foram algumas das expressões usadas por Ximenes para refutar a notícia, divulgada ontem por um jornal brasiliense, de que o governo iria renegociar a dívida interna no âmbito do pacto social. Segundo o secretário-geral do Ministério da Fazenda, o resgate da dívida virá como necessidade do Banco Central injetar dinheiro na economia após o desa-

parecimento das atuais fontes de expansão monetária, em decorrência do *ajuste fiscal*.

Com a implantação do plano de *ajuste fiscal*, explica o secretário-geral do Ministério da Fazenda, as finanças públicas em 1989 ficarão equilibradas, acabando-se com a atual pressão do Tesouro Nacional sobre o Banco Central, em busca de recursos. Outras medidas que serão adotadas, acrescenta ele, também diminuirão a pressão para expansão monetária vinda do setor externo. Entre essas medidas incluem-se a redução do saldo da balança comercial, via aumento das importações, e maior controle das conversões formais da dívida externa em investimento.

O ministério insiste que a decisão de se iniciar o resgate da dívida interna — que atualmente já passa de Cz\$ 40 trilhões — não deverá ser expressa claramente entre as medidas previstas no *ajuste fiscal*, já que isso deverá ocorrer justamente como resultado da aplicação do *choque*.